

Debates conceituais sobre a alfabetização, letramento e literacia

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.018-016>

Paula Rejane de Araújo Valente

Graduação de formação mais alta: Mestra em Educação
Instituição Acadêmica: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Pérsida da Silva Ribeiro Miki

Graduação de formação mais alta: Doutora em Educação
Instituição Acadêmica: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

Este texto explora os conceitos de alfabetização, letramento e literacia por meio da abordagem qualitativa. A metodologia empregada incluiu análise bibliográfica e documental para alcançar os objetivos propostos. O estudo buscou compreender as diferenças conceituais entre alfabetização, letramento e literacia, baseando-se em revisões bibliográficas de obras de Soares (2009, 2017a, 2017b, 2020), Kleiman (1995, 2005) e Tfouni (2002, 2018). Além disso, o estudo propôs um debate sobre a aproximação e a contraposição desses conceitos nos documentos oficiais que orientam as políticas educacionais para o ensino da leitura e escrita no Brasil, como o Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (PCNs LP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Decreto nº 9.765 de 11/04/2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização, e o Caderno Orientador da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Como resultados, os termos alfabetização, letramento e literacia desempenham papéis importantes nas práticas educacionais, sendo encontrados tanto nos documentos normativos de ensino quanto nas atividades de formação continuada dos professores (Pró-Letramento e PNAIC). Vale ressaltar que eles não são métodos de ensino e tampouco sinônimos, pois cada um possui sua própria especificidade, embora estejam intimamente relacionados. Assim, faz-se crucial que os profissionais da educação que planejam as ações pedagógicas no processo de ensino da leitura e escrita possam identificar claramente esses termos.

Palavras-chave: Leitura e escrita, Concepção teórica, Política pública educacional, Realidade brasileira.



1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é parte integrante de uma trajetória investigativa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), com foco na categoria de estudo da alfabetização. Partindo da reflexão de que diferentes termos surgem nas atividades escolares, e que são provenientes das reformas educacionais, torna-se fundamental que esses termos sejam compreendidos pelos profissionais, evitando os equívocos.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é responder às seguintes perguntas: como os pesquisadores brasileiros que estudam os aspectos linguísticos e socioculturais da leitura e da escrita utilizam os conceitos de alfabetização, letramento e literacia? É possível compreender esses conceitos a partir de suas definições linguísticas? E de que maneira os documentos que orientam as políticas educacionais no Brasil contribuem para que os conceitos sejam claros para os profissionais da educação básica?

Reconhecendo a vasta literatura sobre o tema, esta pesquisa tem dois objetivos principais: compreender as diferenças conceituais entre alfabetização, letramento e literacia, por meio de uma revisão bibliográfica das pesquisas de Magda Soares, Angela Kleiman e Leda Tfouni que contribuem para a formação de professores alfabetizadores no país; e promover um debate sobre a convergência e divergência dos conceitos nos documentos atuais que orientam o ensino da leitura e da escrita no Brasil, como o Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (PCNs LP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Decreto nº 9. 765 de 11/04/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização e o Caderno Orientador da Política Nacional de Alfabetização (PNA).

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois “[...] é considerada um procedimento dinâmico e sistemático de investigação direcionada, com base no que está sendo investigado (Guilherme; Cheron, 2021, p. 100). A metodologia se baseia em um estudo bibliográfico que permite um contato direto com o tema (Oliveira, 2007), e na análise de documentos primários que não receberam tratamento analítico de outros autores (Helder, 2006).

Na pesquisa bibliográfica foram consultados os estudos teóricos de Magda Soares (2009, 2017a, 2017b, 2020); Angela Kleiman (1995, 2005) e Leda Tfouni (2002), pois as autoras discutem as concepções dos termos alfabetização, letramento e literacia, com base em abordagens antropológicas, sociológicas, linguísticas, cognitivas, históricas e culturais, proporcionando uma compreensão dos conceitos distintos que refletem as relações socioculturais, além dos espaços escolares, contribuindo para a formação de professores no país.

Em relação aos documentos primários, foi realizada uma análise dos que embasam a política pública educacional no país, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Língua Portuguesa), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Decreto nº 9. 765, de 11/04/2019, que institui a Política



Nacional de Alfabetização, e o Caderno Orientador da Política Nacional da Alfabetização (PNA). Por meio deste estudo, compreendemos que os conceitos de alfabetização, letramento e literacia não são idênticos, mas são interdependentes nas práticas formais de ensino e nas ações interativas e culturais de aprendizagem na vida em sociedade.

2 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E LITERACIA: CONCEITOS DISTINTOS E INTERDEPENDENTES

O analfabetismo funcional representa um dos grandes desafios enfrentados pela população brasileira, impedindo a habilidade de domínio pleno da leitura e da escrita como direito sociocultural e histórico. De direito fundamental e de necessidade básica para a aprendizagem, a alfabetização universal de crianças e adultos é a condição indispensável para o pleno exercício da liberdade (UNESCO, 2003).

A democratização do ensino, a partir do século XX, é marcada pela ampliação da cultura do escrito no desenvolvimento social, cultural, econômico e político do Brasil. E a visibilidade das práticas de leitura e escrita, nos campos sociais e profissionais, desencadeou a necessidade em se avançar, ainda mais, sobre as habilidades de ler e escrever em contexto social (Soares, 2009).

As escolas também sofreram mudanças, à medida em que passaram a enfrentar as consequências dos índices de fracasso escolar da alfabetização, havendo assim, a necessidade de se repensar sobre as práticas de ensino. Logo, a alfabetização passou a ser tema legítimo e necessário de estudos e de investigação científica no Brasil, a partir dos anos de 1960 (Soares; Maciel, 2000).

O ensino elementar passou a ser visto como meio de viabilizar a formação de uma sociedade, em que o ensino escolarizado promovesse aprendizagens significativas. E para o alcance desse aprendizado os processos de ensino deveriam contemplar as práticas sociais, considerando o significado das vivências externas aos muros das escolas.

Magda Soares (2017a, 2017b, 2020) aborda que o termo alfabetização, enquanto prática da escrita, é a representação visual da cadeia sonora da fala, e enfatiza que se trata da habilidade da “tecnologia da escrita”, em conjunto com o aprendizado da representação do sistema alfabético, ortográfico e psicomotor. Para tanto, torna-se oportuno compreender que a alfabetização tem várias facetas por se apresentar complexa e fazer parte das ciências linguísticas. Assim, Soares (2017a, p. 27) enfatiza que: “Alfabetização, no estado atual das ciências linguísticas, da Psicologia Cognitiva, da Psicologia do Desenvolvimento, é processo complexo que envolve vários componentes, ou facetas, e demanda diferentes competências.”

Ao apontar as principais facetas da aprendizagem da língua escrita, Soares (2017b) fundamenta três, sendo elas: linguística, interativa e sociocultural. Estas inserem o indivíduo no mundo da leitura e fazem parte dos métodos e das propostas de concepção da língua escrita. A autora divulga de modo

teórico e didático cada faceta, possibilitando a compreensão da inter-relação que elas mantêm e a potencialidade do trabalho docente ao considerá-las na didática.

A faceta linguística da língua escrita é a etapa mais fundamental do processo da alfabetização (Soares, 2017b). A autora reforça que, “de início, as letras são, para a criança, formas visuais. Ela vê letras e aprende a nomear letras em um processo que não se diferencia fundamentalmente da aquisição de vocabulário da língua oral” (Ibidem, p. 209-210, grifos da autora).

Em consonância com a essa concepção, o aprendiz da língua escrita deve se oportunizar da aprendizagem das demais facetas de interação da língua (interativa e sociocultural), que se fazem presentes no dia-dia. A faceta interativa da língua escrita se estabelece “como veículo de interação entre as pessoas, de expressão e compreensão de mensagens [...] o objeto são as habilidades de compreensão e produção de textos” (Soares, 2017b, p. 29). Enquanto que a faceta sociocultural, o aprendiz se localiza envolta dos “usos, funções e valores atribuídos à escrita em contextos socioculturais” (Ibidem).

Soares (2017b) ressalta que as três facetas são objetos de conhecimento distintos ao compor o processo de aprendizagem inicial da língua escrita e que estão relacionados com os domínios cognitivos e linguísticos diferentes. As facetas interativa e sociolinguística estão vinculadas às práticas de letramento, que implica na inserção do indivíduo na “leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita” (Soares, 2020, p. 27).

Consequentemente, são competências que precisam ser desenvolvidas conjuntamente no processo de alfabetização. Dessa forma, é importante compreender que o aprendizado não se estabelece isolado das ações socioculturais vivenciadas pelos aprendizes, como reforça Kleiman (2005, p. 5): “Quando se ensina uma criança, um jovem ou um adulto a ler e a escrever, esse aprendiz está conhecendo as práticas de letramento da sociedade”.

Os termos alfabetização e letramento são frequentemente discutidos em pesquisas científicas e servem como referência à implantação e implementação de políticas públicas, voltadas para a formação docente e o atendimento aos estudantes do ensino básico no Brasil. Alguns dos documentos nacionais de referência são os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Pró- Letramento (2008), Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (2012), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (2018).

Em 2019, foi instituído no país o Decreto de nº 9.765 de 11/04/2019, que estabeleceu a Política Nacional de Alfabetização. O Artigo 1º tem como objetivo “[...] melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal”. Este documento estabeleceu as ações pedagógicas em prol da concepção da leitura e da escrita, em termos de alfabetização e literacia, com base em evidências científicas provenientes da ciência cognitiva da

leitura “que se ocupa especialmente dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita [...]” (Brasil, 2019, p. 20).

O Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, traz os conceitos de alfabetização e literacia como referenciais apropriados para a reformulação dos documentos que orientam os processos formativos e de ensino da leitura e da escrita dos estudantes das diferentes regiões do país. Além disso, esses termos são apresentados no Caderno Orientador da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Vale ressaltar que o termo "letramento" não é mencionado nesses documentos oficiais.

3 DISCUTINDO OS RESULTADOS

Os conceitos de alfabetização, letramento e literacia, presentes na atual Política Nacional de Alfabetização (que aboliu o termo letramento) serão discutidos com a mediação de alguns teóricos e suas fundamentações: Magda Soares (2009, 2017a, 2017b, 2020), Leda Tfouni (2002), Angela Kleiman (1995), bem como às passagens dos documentos orientadores do ensino que sistematizam a política educacional, a fim de compreendermos as distinções, encontro e desencontros dos termos, em uma perspectiva teórica sobre a concepção da leitura e da produção escrita.

As autoras foram selecionadas devido às contribuições para os processos de formação pedagógica no país, influenciando a prática docente e fornecendo embasamento teórico para as ações político-pedagógicas implementadas, ao longo de mais de vinte anos no contexto brasileiro. Suas obras foram importantes para os cursos de pedagogia, programas curriculares municipais e estaduais, produções acadêmicas, formação continuada de professores (como o Pró-letramento, PNAIC), e para a produção científica e formulação de políticas públicas relacionadas à alfabetização no Brasil.

O Parâmetro Curricular de Língua Portuguesa (1997) e a BNCC (2018) destacam, mesmo com vinte e um anos de distanciamento entre esses documentos, que a alfabetização se refere ao conhecimento das técnicas de escrita e de leitura do sistema alfabético, enquanto o letramento abrange a participação dos indivíduos de forma crítica em práticas sociais reais de leitura e de escrita. A BNCC também introduz o conceito de "multiletramento", que envolve a participação dos alunos em diferentes linguagens, incluindo a digital.

A alfabetização é definida por Leda Tfouni (2002), como prática da escrita e das habilidades de leitura; portanto, escrita e práticas de linguagem, relacionando-a ao âmbito individual. Já o letramento enfoca os aspectos socioculturais da aquisição da escrita em sociedades que adotam um sistema de escrita, de maneira restrita ou generalizada. Em suma, a autora também enfatiza que o letramento é um processo mais amplo que a alfabetização e, que a contém e determina, “está relacionado com a existência e a influência de um sistema de escrita, socialmente vigente em uma sociedade letrada” (Tfouni; Pereira; Assolini, 2018, p. 17).

De modo semelhante, Angela Kleiman (1995) conceitua a alfabetização como um conjunto de conhecimentos sobre o código escrito da língua, abrangendo a aquisição das primeiras letras e da ortografia; o envolver de sequências operacionais cognitivas e o engajamento físico-motor, da criança. Define o letramento “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (p. 18-19), e conclui que a alfabetização e o letramento são inseparáveis.

Em consonância com esta afirmação, confirmamos com os estudos de Magda Soares (2017b), ao considerar o letramento, como o processo que compreende as duas facetas da língua escrita: a interativa e a sociocultural, como veículo de interação entre os indivíduos nas mais diferentes formas, valores expressivos e compreensivos de mensagens. Ao considerar que alfabetização e letramento são processos distintos, no entanto, inseparáveis, Soares (2017a) assevera que:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento (p. 44-45, grifos da autora).

A autora também orienta que as práticas de letramento fora da escola traduzem relevância aos objetivos sociais para quem participa da situação. Nesse sentido, transpor para os espaços escolares essas vivências colaboram com o desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos na aprendizagem da língua escrita. Depreende-se também de Kleiman (2005, p. 6) que o “conceito de letramento surge como uma forma de explicar o impacto da escrita em todas as esferas de atividades e não somente nas atividades escolares”.

Analisando as definições de Soares (2017a, 2017b, 2020), Kleiman (2005) e Tfouni (2002), observamos que os processos são distintos, mas há uma interdependência entre os termos: alfabetização e letramento. Enquanto a alfabetização diz respeito às habilidades de leitura e da prática da escrita associada ao ensino formal, o letramento é o engajamento dos indivíduos em práticas sociais reais de leitura e produção da escrita. Nesse sentido, considerar práticas reais de leitura e de produção de escrita nos espaços escolares colabora de forma significativa com o processo de aquisição da leitura e da escrita dos aprendizes.

As definições dos termos alfabetização e letramento também estiveram presentes nas políticas de formação de professores no país. Destacam-se o Pró-letramento e o PNAIC. No material de orientação formativa para os professores alfabetizadores, o Programa Pró-letramento (2008), enfatizou que:

Com o surgimento dos termos letramento e alfabetização (ou alfabetismo) funcional, muitos pesquisadores passaram a preferir distinguir alfabetização e letramento. Passaram a utilizar o termo alfabetização em seu sentido restrito, para designar o aprendizado inicial da leitura e da



escrita, da natureza e do funcionamento do sistema de escrita. Passaram, correspondentemente, a reservar os termos letramento ou, em alguns casos, alfabetismo funcional para designar os usos (e as competências de uso) da língua escrita (Brasil, 2008, p. 10).

Quanto ao PNAIC (2015), a política nacional de formação dos profissionais em alfabetização, tinha o posicionamento em afirmar que,

A concepção adotada no âmbito do PNAIC é a da Alfabetização na perspectiva do Letramento. Ou seja, entende-se e defende-se que é preciso que a criança domine o Sistema de Escrita Alfabética, mas que também desenvolva habilidades de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas, com autonomia (Brasil, 2015, p. 21).

Desse modo, infere-se que as políticas voltadas para os conceitos de alfabetização e letramento no país, de modo coerente, anterior a PNA (Brasil, 2019b), expressavam os conceitos dos termos alfabetização e letramento como processos que deveriam fazer parte das formações dos professores e, conseqüentemente, das ações didáticas dos docentes nos espaços escolares. Isso sem que houvesse dissociação dos pressupostos conceituais que os sustentavam para a formulação dos projetos escolares e das atividades que tinham por objeto alfabetizar e letrar os estudantes.

Outro termo discutido é a literacia, recorrente no texto do Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, e no Caderno Orientador da PNA (Brasil, 2019b), é notável a semelhança conceitual com o termo letramento, amplamente divulgado no país. Sobretudo, o documento oficial não fez referência ao termo letramento, mas sim à literacia, considerando:

I. alfabetização – ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizado se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão;

VII. literacia – conjunto de práticas e experiências relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva. (Brasil, 2019a, p. 50-51).

Por meio das fundamentações apresentadas pelos teóricos, ao longo deste texto, os dois incisos da PNA apresentam aproximações conceituais entre os termos alfabetização e letramento. Subjetivamente, analisa-se que a política governamental brasileira optou por abolir o termo letramento dos projetos educacionais amplamente divulgados, sem considerar todo o conhecimento historicamente produzido pelas pesquisas científicas no país e a diversidade de pautas políticas de cunho formativo dos profissionais da educação básica.

Os documentos citados visaram promover a alfabetização na sociedade brasileira, por meio de "evidências científicas", embasadas na ciência cognitiva da leitura, como destacado no Caderno Orientador da PNA (Brasil, 2019b), assinado por Carlos Francisco de Paula Nadalin¹, Secretário de Alfabetização¹. O documento destacou o uso do termo literacia de forma cientificamente terminológica, para alinhamento com outros países lusófonos que utilizam o termo literacy (em inglês)

¹ Secretário da Alfabetização no Brasil – Governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023).



e *littératie* (em francês), e apresenta como justificativa para a tomada da decisão do termo: “a opção por utilizá-lo traz diversas vantagens, pois é uma forma de alinhar-se à terminologia científica consolidada internacionalmente” (Brasil, 2019b, p. 21).

As pesquisadoras referenciadas nesta pesquisa definem o termo letramento de maneira semelhante ao termo *literacia* em suas obras, antes mesmo do lançamento da Política Nacional da Alfabetização. Isso demonstra a preocupação da ciência em prol da alfabetização no país. Magda Soares (2009) ressalta que o termo letramento é uma tradução para o português do termo inglês *literacy*, sendo definido como "a condição de ser letrado". Tfouni (2002) destaca a sobreposição entre letramento e alfabetização, enfatizando o foco nas práticas, habilidades e conhecimentos relacionados à codificação e decodificação de textos escritos. Kleiman (1995) destaca o "empowerment through literacy" como uma palavra de ordem nos estudos sobre letramento, indicando o potencial que ele proporciona.

Assim, as definições apresentadas pelos teóricos, ao longo deste texto, envolvem o processo de ensino sistemático da leitura e escrita e o uso consciente dessas habilidades em diversas interações individuais e comunitárias no contexto brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado nos fornece uma compreensão descomplicada dos termos alfabetização, letramento e *literacia*, graças às contribuições das autoras Soares, Tfouni e Kleiman. Em linhas gerais, essas pesquisadoras explicam que a alfabetização se refere à aquisição consolidada da representação visual da cadeia sonora da fala, ou seja, é a habilidade de utilizar de forma competente o sistema alfabético. Por outro lado, o letramento e a *literacia* envolvem o uso interativo e sociocultural da linguagem escrita em diversos contextos, como o social, profissional, científico e político.

As autoras também apontam que os termos *literacia* e letramento têm uma semântica similar. Para chegar a essa conclusão, elas buscaram entender a relação entre o termo "literacy" presente no vocabulário estrangeiro e o termo letramento. Até 2018, o termo letramento era amplamente utilizado nas práticas culturais dos contextos escolares no Brasil. Isso é evidenciado pelos documentos orientadores do ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os conceitos alfabetização e letramento fundamentaram as bases políticas de formação para os professores no país (Pró-Letramento e o PNAIC), que antecederam a PNA (2019). Portanto, os conceitos abordados por pesquisadores brasileiros auxiliaram na organização dessas políticas formativas, com vistas a eliminar o analfabetismo no Brasil.

Com a divulgação nacional do termo *literacia* no sistema educacional brasileiro com a implementação do Decreto nº 9.765 de 11/04/2019 e das orientações do Caderno Orientador da PNA



(Brasil, 2019b), outras formulações levantadas sobre as bases conceituais em relação ao ensino da alfabetização foram questionadas. O objetivo dessa política foi a de "homogeneizar" o termo no país, para o alinhar aos utilizados em outros países de primeiro mundo, como Estados Unidos, Inglaterra, França e Portugal. E isso atentou para o apagamento do termo letramento das diversas ações político-pedagógicas já estabelecidas no Brasil.

A alfabetização não se finaliza em conceitos sobre seus termos, ela se apresenta como um campo de estudo da educação, e deve ser compreendida nas mais diversificadas abordagens que contemplam o ensino e a aprendizagem para a aquisição da leitura e da produção escrita. Os conceitos alfabetização, letramento e literacia devem ser reconhecidos e desmistificados, para que não haja dúvidas e/ou confusões na compreensão da política de alfabetização e no trabalho docente para promoção do ensino.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Pró Letramento: Programa de Formação de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Alfabetização e Linguagem. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. DOU de 05/07/2012, nº 129, Seção 1, pág. 22, 2012.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação. Brasília: MEC, SEB, 2015

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9. 765 de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. DOU. Edição Extra, Brasília, DF, 2019a.

BRASIL. Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019b.

GUILHERME, A. A.; CHERON, C. Guia prático de pesquisa em Educação. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.

HELDER, R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

KLEIMAN, A. B. (org). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, A. B. Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever? São Paulo: Unicamp, 2005. Disponível em: <https://oportuguesdobrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/kleiman-nc3a3o-basta-ensinar-a-ler-e-escrever.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer Pesquisa Qualitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SOARES, M.; MACIEL, F. Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento. Brasília: Comped/Inep, 2000.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2017a.

SOARES, M. Alfabetização: A Questão dos Métodos. São Paulo: Contexto, 2017b.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

SOARES, Magda. Alfaetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

TFOUNI, L. V. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2002.

TFOUNI, L. V.; Pereira, A. de C.; & Assolini, F. E. P. (2018). Letramento e alfabetização e o cotidiano: vozes dispersas, caminhos alternativos. Calidoscópico,



p. 16–24. Disponível em:
<https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.161.02>. Acesso em: 22 mar
2023.

UNESCO. Alfabetização como liberdade. Brasília: MEC, 2003.